



2ª CÂMARA

Processo TC 10349/22

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Campina Grande

Natureza: Licitações e Contratos – Termo Aditivo

Responsável: Gilney Silva Porto (Secretário Municipal)

Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16093/2022/SMS/PMCG.

Município de Campina Grande. Fundo Municipal de Saúde. Pregão Eletrônico 108/2021/SAD/PMCG. Aquisição de medicamentos com a finalidade de atender as demandas das Unidades de Saúde e dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). Recursos Federais. Comunicação à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Extinção sem resolução de mérito. Anexação ao Processo TC 19817/21.

RESOLUÇÃO PROCESSUAL RC2 - TC 00023/23

RELATÓRIO

Os presentes autos foram formalizados com intuito de analisar o Primeiro Termo Aditivo (de prorrogação de prazo até 31/08/2023) ao Contrato 16093/2022/SMS/PMCG, decorrente do Pregão Eletrônico 108/2021/SAD/PMCG, materializado pelo Município de Campina Grande, por meio do Fundo Municipal de Saúde, sob a responsabilidade do Secretário, Senhor GILNEY SILVA PORTO, e a empresa MEDICOM EIRELI (CNPJ 22.635.177/0001-05), que objetiva a aquisição de medicamentos com a finalidade de atender as demandas das Unidades de Saúde e dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).

Documentação pertinente acostada às fls. 2/50.

Em sede de relatório inicial (fls. 52/55), a Auditoria informou que os recursos utilizados para a realização do objeto licitado são de origem federal, motivo pelo qual sugeriu o arquivamento dos autos.

O Ministério Público de Contas, em cota de lavra do Procurador Manoel Antônio dos Santos Neto (fls. 58/60), pugnou pela “*extinção do presente processo sem resolução de mérito, com o encaminhamento do álbum processual ao Tribunal de Contas da União*”.

Seguidamente, o processo foi agendado para a presente sessão, com intimações (fl. 61).

**2ª CÂMARA**

Processo TC 10349/22

VOTO DO RELATOR

No presente momento processual, a análise recairia tão somente sobre a confecção do Primeiro Termo Aditivo (de prorrogação de prazo até 31/08/2023) ao Contrato 16093/2022/SMS/PMCG, decorrente do Pregão Eletrônico 108/2021/SAD/PMCG, materializado pelo Município de Campina Grande, por meio do Fundo Municipal de Saúde, sob a responsabilidade do Secretário, Senhor GILNEY SILVA PORTO, e a empresa MEDICOM EIRELI (CNPJ 22.635.177/0001-05), que objetiva a aquisição de medicamentos com a finalidade de atender as demandas das Unidades de Saúde e dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).

Contudo, conforme consignado pela Unidade Técnica desta Corte de Contas, os recursos utilizados para a execução do objeto licitado são de origem federal. Essa circunstância, inclusive, fez com que os membros desta colenda Câmara, quando do exame do procedimento licitatório em si e do contrato dele decorrente (Processo TC 19817/21), proferissem decisão reconhecendo a existência de recursos federais e, conseqüentemente, extinguindo a matéria sem apreciação de mérito. Veja-se a parte dispositiva da Resolução Processual RC2 – TC 00128/22:

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 19817/21**, formalizados com intuito de serem examinados o Pregão Eletrônico 108/2021 e da Ata de Registro de Preços 080/2021, materializados pela Secretaria de Administração de Campina Grande, sob a responsabilidade do Secretário, Senhor DIOGO FLÁVIO LYRA BATISTA, e dos dezoito Contratos 16078/22, 16079/22, 16080/22, 16081/22, 16082/22, 16083/22, 16084/22, 16085/22, 16086/22, 16087/22, 16088/22, 16089/22, 16090/22, 16091/22, 16092/22, 16093/22, 16094/22 e 16095/22, celebrados pela Secretaria de Saúde, sob a gestão do Secretário, Senhor GILNEY SILVA PORTO, tendo por objetivo o registro de preços para eventual e futura aquisição de medicamentos com a finalidade de atender as demandas das unidades de saúde (UBSF'S), hospitais e CAP'S do município, cujo procedimento foi conduzido pelo Pregoeiro Oficial, Senhor LUCAS DE OLIVEIRA MEIRA, e homologado com o valor de R\$18.440.355,80, para o período de 12 meses, **RESOLVEM** os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ªCAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator:

I) EXTINGUIR o presente processo **SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**; e

II) COMUNICAR o teor do presente processo, por ofício encaminhado mediante os canais eletrônicos disponíveis, ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União, por meio das suas unidades na Paraíba, em razão dos recursos federais associados ao procedimento.



2ª CÂMARA

Processo TC 10349/22

Em consulta ao SAGRES, se verificou que os recursos despendidos são predominantemente federais:

SAGRES ONLINE		Início	Municipal ▾	Exercício 2022 ▾	Selecionar Município ✕ ▾
		Sobre	Ajuda	2 Unidades Gestoras ▾	
		Unidade Gestora	Tipo da Licitação	Nº Licitação	Fonte do Recurso
					Valores
Agrupamentos ↑					Soma(Valor Pago)
▼	Fundo Municipal de Saúde de Campina Grande (39)				R\$ 3.336.974,77
▼	Pregão Eletrônico (39)				R\$ 3.336.974,77
▼	001082021 (39)				R\$ 3.336.974,77
▼	600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal ...				R\$ 3.336.974,77
>	3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (3)				R\$ 6.995,95
>	A. COSTA ATACADO E PRODUTOS FARMACEUTICOS (1)				R\$ 86.703,30
>	ALLFAMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAM (3)				R\$ 166.882,40
>	ALLFAMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTO LTDA (4)				R\$ 751.124,05
>	CIRÚRGICA MONTEBELLO LTDA. (1)				R\$ 19.323,20
>	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA...				R\$ 40.255,00
>	D.ARAUJO COMERCIAL EIRELI (1)				R\$ 9.120,00
>	DL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI (1)				R\$ 0,00
>	DROGAFONTE LTDA (2)				R\$ 78.288,87
>	DROGAFONTE LTDA - MEDIC. E MATL. HOSPITALAR (2)				R\$ 633.312,72
>	ESTRATTI VEGETALI FARMACIA E MANIPULACAO EIRELI - ME (1)				R\$ 700,00
>	FARMACE-INDUSTRIA QUIMICO FARMACEUTICO CEARENSE LTDA (2)				R\$ 8.100,00
>	FORMULAS MAGISTRAIS MANIPULACOES ESPECIAIS LTDA - EPP (1)				R\$ 9.850,00
>	M. F. CARNEIRO (1)				R\$ 19.240,00
>	MEDICOM EIRELI-ME (3)				R\$ 53.978,40
>	NNMED DISTRIBUICAO IMP EXPORTACAO DE ME (1)				R\$ 55.196,00
>	NNMED DISTRIBUICAO IMP EXPORTACAO DE MEDICAMENTOS LTDA (5)				R\$ 1.103.454,59
>	NORD PRODUTOS EM SAUDE LTDA (2)				R\$ 102.300,00
>	RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (2)				R\$ 101.850,01
>	RJ3 DISTRIBUIDORA LTDA (1)				R\$ 54.160,00
>	UNI HOSPITALAR LTDA (1)				R\$ 36.140,28

Nesse compasso, tratando-se de aditivo contratual, idêntico entendimento deve ser dado ao caso em apreciação.

De fato, tratando-se de recursos da União repassados aos demais entes da federação, a análise da respectiva prestação de contas compete aos órgãos federais. Veja-se a dicção da Constituição Federal de 1988:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:



2ª CÂMARA

Processo TC 10349/22

...

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

Sobre a competência para fiscalizar os recursos transferidos fundo a fundo, na espécie do Fundo Nacional para o Fundo Municipal de Saúde, cuja conclusão é a mesma quando o destinatário for, por outras vias, o Estado ou o Município, explanou o Procurador Manoel Antônio dos Santos Neto, em parecer de fls. 670/674, nos autos do Processo TC 09650/18:

*“O mesmo sistema SAGRES/TCE-PB também revelou a fonte de recursos do aludido gasto, isto é, **transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal**, peculiaridade que desloca a competência de análise do caso para o Tribunal de Contas da União, a teor da utilização de recursos federais.¹*

Sobre o tema, o próprio Tribunal de Conta da União possui vasta jurisprudência, in verbis:

***TCU:** A sedimentada jurisprudência aduz que esta Corte de Contas possui competência para fiscalizar os recursos para ações e serviços de saúde repassados regular e automaticamente por meio da denominada transferência fundo a fundo (v.g Acórdãos 2056/2014, 2942/2013, 3075/2011, 1806/2011, 132/2009, 1.306/2007, 365/2001, 705/1999, 263/1999, 508/1998, 91/1998, 506/1997, todos do Plenário) – (Acórdão n.º 2647/2017, Relator: Augusto Nardes – Plenário).*

Demais disso, convém explicitar o disposto no art. 3º, do Decreto Nacional n.º 1232/1994, que dispõe sobre as condições e forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, in verbis:

¹ É muito comum no âmbito da doutrina administrativista a segregação dos institutos do contrato administrativo e da licitação, como se fossem institutos isolados e estanques. Todavia, segundo Renato Geraldo Mendes, a licitação é uma das fases da contratação ou do processo de contratação. O processo serve para possibilitar que a Administração selecione uma pessoa capaz de viabilizar o que ela deseja para satisfazer a sua necessidade (Lei de Licitações e Contratos Anotada, p. 29, 7.ed. Curitiba: Zênite, 2009). Nessa ordem de ideias, diante da simbiose e integralidade da licitação e do contrato administrativo, é salutar que o Tribunal de Contas da União analise a situação disposta nestes autos, máxime em função da ocorrência de despesa pública mediante o manuseio de verbas federais repassadas pela União ao Município de Bayeux/PB por meio das chamadas transferências Fundo a Fundo.



2ª CÂMARA

Processo TC 10349/22

Art. 3º. Os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde serão movimentados, em cada esfera de governo, sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do sistema de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União.²

ANTE O EXPOSTO, este Ministério Público de Contas OPINA pela remessa dos presentes autos à Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União na Paraíba, bem como ao Ministério Público Federal na Paraíba, para os devidos fins de direito.

Na mesma linha, opinou a Procuradora Elvira Samara Pereira de Oliveira, às fls. 154/156 do Processo TC 08314/19:

“É imperioso reforçar que as despesas provenientes do acordo celebrado se lastreiam na dotação orçamentária consignada no Fundo Municipal de Saúde, com origem nos recursos financeiros transferidos fundo a fundo pelo Ministério da Saúde.

Sob esta perspectiva, o Tribunal de Contas da União sustentou entendimento de que, em referidas circunstâncias, emerge o interesse da União, no tocante à aplicação e à destinação das verbas públicas empregadas no Sistema Único de Saúde, deslocando, portanto, a competência de fiscalização para o Colendo Tribunal ...”.

Outra não foi a solução engendrada pela Procuradora Sheyla Barreto Braga de Queiroz, ao examinar situação semelhante, no bojo do Processo TC 18266/19 (fls. 561/562):

“Entretanto, malgrado todo o expendido, perlustrando o Relatório inicial da Auditoria no Processo TC 10333/19, levanta-se uma questão prejudicial à análise da Dispensa nº 001/2019 por este Sinédrio: a presença de recursos federais, os quais afastam a competência deste Tribunal de Contas do Estado.

Consoante aduz a Auditoria desta Corte de Contas, dado contido no levantamento de fls. 170/199 aponta como fonte de recursos da dispensa de licitação a de número 272 – Recursos do SUS Transferidos ao Estado, cf. fl. 278, do Processo TC 10333/19.

...

² Em reforço, confira-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: Fundo Municipal de Saúde que recebe verbas da União, na modalidade 'Fundo a Fundo', o que ocorre de forma direta através dos repasses provenientes de fundos da esfera federal para a municipal, sem necessidade de celebração de convênio. Nesses casos, segundo a jurisprudência assente neste Superior Tribunal de Justiça, sobressai o interesse direto da União – tanto que há prestação de contas perante o TCU e fiscalização pelo Executivo Federal –, o que atrai a competência da Justiça Federal para processar e julgar tais feitos. Precedentes (RHC 111715/RS, 6ª Turma, Relator: Ministra Laurita Vaz, DJe de 10/10/2019).

**2ª CÂMARA**

Processo TC 10349/22

Neste caso, cópia de link de acesso pleno e irrestrito aos autos deve ser remetida à SECEX/PB para as providências que essa Secretaria de Controle der por bem, por questão de incompetência deste Tribunal de Contas em examinar obras, **licitações** e aplicação de recursos advindos da União e também para se evitar a superposição de jurisdição e o bis in idem até mesmo discrepante (decisão do TCE e decisão do TCU em sentidos opostos).

ANTE O EXPOSTO, alvitra este Órgão Ministerial ao DD Relator a(o): a) **REMESSA DE LINK** de acesso irrestrito aos autos à SECEX-PB, em vista dos recursos federais evidenciados, os quais fazem incidir a competência do Tribunal de Contas da União, cabendo-lhe, inclusive, apurar a extensão do dano praticado e a responsabilização dos agentes públicos e privados envolvidos; b) **ARQUIVAMENTO** dos presentes no âmbito deste Sinédrio, sem resolução de mérito, e c) **COMUNICAÇÃO** do inteiro teor da decisão ao jurisdicionado e aos interessados.”

Nessa esteira, recentemente, este Tribunal editou a Resolução Normativa RN – TC 10/2021, que estabelece em seu art. 1º:

Art. 1º. O Processo instaurado neste Tribunal ou Documento aqui recebido que envolva a aplicação recursos federais, independente da contrapartida oferecida pelo ente estadual ou municipal, será finalizado sem resolução de mérito, por faltar a esta Corte competência para apreciá-lo, nos termos do artigo 71, VI, da Constituição Federal, em consonância com o fundamento central da decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 1943 e a jurisprudência sedimentada do Supremo Tribunal Federal.

§ 1º. Na hipótese do caput, o endereço Presencial (link) referente ao Processo ou Documento será encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que este adote as providências de sua competência, e, sendo Processo de Denúncia e/ou Representação, será enviada comunicação à Controladoria Geral da União (CGU) e ao denunciante/autor da Representação sobre o encaminhamento dado.

Cabem, assim, as **comunicações** aos órgãos federais.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que essa egrégia Segunda Câmara decida: **I) FINALIZAR** o presente processo **SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, nos termos da Resolução Normativa RN – TC 10/2021; **II) ENCAMINHAR** cópia da decisão à Auditoria para avaliar a execução da despesa custeada com recursos próprios nos autos da prestação de contas e/ou no acompanhamento da gestão, conforme o caso; **III) COMUNICAR** o teor do presente processo, por ofício encaminhado mediante os canais disponíveis, ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União, por meio das suas unidades na Paraíba, em razão dos recursos federais associados ao procedimento; e **IV DETERMINAR** a anexação destes autos ao Processo TC 19817/21.



2ª CÂMARA

Processo TC 10349/22

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 10349/22**, referentes, nesta assentada, ao exame do Primeiro Termo Aditivo (de prorrogação de prazo até 31/08/2023) ao Contrato 16093/2022/SMS/PMCG, decorrente do Pregão Eletrônico 108/2021/SAD/PMCG, materializado pelo Município de Campina Grande, por meio do Fundo Municipal de Saúde, sob a responsabilidade do Secretário, Senhor GILNEY SILVA PORTO, e a empresa MEDICOM EIRELI (CNPJ 22.635.177/0001-05), que objetiva a aquisição de medicamentos com a finalidade de atender as demandas das Unidades de Saúde e dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), **RESOLVEM** os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ªCAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator:

I) FINALIZAR o presente processo **SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, nos termos da Resolução Normativa RN – TC 10/2021;

II) ENCAMINHAR cópia da decisão à Auditoria para avaliar a execução da despesa custeada com recursos próprios nos autos da prestação de contas e/ou no acompanhamento da gestão, conforme o caso;

III) COMUNICAR o teor do presente processo, por ofício encaminhado mediante os canais disponíveis, ao Tribunal de Contas da União e à Controladoria Geral da União, por meio das suas unidades na Paraíba, em razão dos recursos federais associados ao procedimento; e

IV DETERMINAR a anexação destes autos ao Processo TC 19817/21.

Registre-se e publique-se.

TCE – Sessão Presencial e Remota da 2ª Câmara.

João Pessoa (PB), 07 de fevereiro de 2023.

Assinado 7 de Fevereiro de 2023 às 21:07



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 8 de Fevereiro de 2023 às 09:06



Cons. Fernando Rodrigues Catão
CONSELHEIRO

Assinado 7 de Fevereiro de 2023 às 21:45



**Cons. em Exercício Oscar Mamede Santiago
Melo**
CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO

Assinado 7 de Fevereiro de 2023 às 21:35



Manoel Antônio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO